

## Democratização da educação infantil na rede pública municipal de Florianópolis: o direito das crianças e as estratégias dos governos municipais

### Resumo

O presente trabalho apresenta os dados de expansão do atendimento da rede pública municipal de Educação Infantil de Florianópolis, apontando as principais estratégias dos governos municipais em relação à expansão de atendimento das crianças de zero a seis anos, cujo direito à educação se encontra inscrito na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, na LDB de 1996. Neste sentido, consultando os documentos municipais, tais como os planos de governo e os relatórios das gestões, percebemos o atrelamento do município às políticas nacionais. Apresentamos as estratégias de expansão, em especial a partir do governo da Frente Popular (1993), até os dias atuais, identificando as estratégias de cada gestão: zoneamento e conveniamento com o setor privado-filantropico, vaga a mais, turmas com crianças de diferentes idades e redução da jornada (parcialização) do atendimento às crianças, redimensionamento dos agrupamentos das crianças, ampliação do número de salas, primeiro Termo de Ajuste de Conduta - TAC -, ensino fundamental de nove anos e fim de alguns convênios; recentemente, a possibilidade de compra de vagas em escolas particulares e o empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Expansão do atendimento. Estratégias de expansão.

### Para citar este artigo:

OESTREICH, Marlise. Democratização da educação infantil na rede pública municipal de Florianópolis: o direito das crianças e as estratégias dos governos municipais. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 14, n.26, jan./jun. 2013. p. 58 – 86.

**DOI: 10.5965/198472421426201358**

<http://dx.doi.org/10.5965/198472461426201358>

**Marlise Oestreich**  
Mestrado em Educação.pela  
Universidade Federal de Santa  
Catarina – UFSC.  
profamarlise@gmail.com

## Democratization of the basic education in Florianópolis municipal public network : children's rights and the strategies of the municipal governments

### Abstract

This work presents data on the service expansion of the municipal public network of basic education in Florianópolis, highlighting the main strategies of the municipal governments in relation to the growth of the service for children from 0 through 6 years of age, whose rights to education were guaranteed by Federal Constitution of 1988, and later by LDB of 1996. Therefore, studying the municipal documents, such as the government planning and the administration reports, we realized the connection between the municipality and the national policies. We disclosed the strategies of expansion, particularly as from the government of the *Frente Popular* (1993) up to the present moment, tracing the strategies of the governments, such as: division in zones and conventions with the private-philanthropic sector; more vacancies; classes with children of distinct ages, and the reduction of the care shifts (part-time); re-dimensioning of the children's groups; growing number of classrooms; the first Term of Conduct Engagement -*Termo de Ajuste de Conduta* – TAC-; 9-year elementary school; the end of some of the conventions; and, more recently, the possibility of buying vacancies in private schools, and the loan of the Inter-American Development Bank – IDB.

**Keywords:** Education of children from 0 to 6 years of age. Expansion of the attendance. Strategies of the expansion.

## Introdução

Partimos do pressuposto de que a democratização da Educação Infantil é uma luta articulada com outra maior, a luta pela democratização da Educação no nosso país. Esta luta foi marcada por vários movimentos ao longo do século XX. Citamos, como exemplos, “a Reforma Sampaio Dória (1920), o Manifesto dos Pioneiros (1932), a luta pela escola pública (1948-1961), a expansão da matrícula no ensino ginásial (1967-1969) e as inúmeras tentativas de renovação pedagógica” (AZANHA, 2004, p. 337).

Neste sentido, destacamos o engajamento de Florestan Fernandes, que publicou “[...] vários artigos que defendiam a escola pública, a destinação de recursos públicos exclusivamente para estas e conclamava os diferentes setores da sociedade para participarem da campanha [...]” (SILVA, 2005, p. 83).

Para Fernandes (1966), a garantia de uma democracia social passaria pela democratização do ensino, pois seria a maneira de assegurar a igualdade de oportunidades educacionais às camadas populares, oportunidades já há muito tempo universalizadas nas classes médias e altas.

Deste modo, ele defendia que a democratização do ensino deveria estar articulada com a democratização da escola em todos os níveis. Democratização, em seu entender, envolvia *acesso e permanência* dos alunos neste espaço; *gestão democrática*,<sup>1</sup> com a participação de diferentes atores sociais (professores, alunos, funcionários) e as relações entre professores e alunos na sala de aula.

Por outro lado, vivemos em constante tensão entre *quantidade* e *qualidade*, presentes nesse processo de democratização da educação. Nessa direção, compreendemos a quantidade numa dimensão política, cuja expansão se dá numa perspectiva de compromisso social; a qualidade, como direito da criança de zero a seis anos.

Vejamos um exemplo: a extinção do exame de admissão, considerada por Azanha (2004) condição de democratização, foi alvo de uma “grande resistência do magistério,

---

<sup>1</sup> Grifos nossos.

encontrando ressonância no pensamento pedagógico da época. A alegação era sempre a mesma: o rebaixamento da qualidade de ensino” (AZANHA, 2004).

Neste sentido, o autor chamou a atenção para dois equívocos presentes, à época, nos argumentos dos educadores contrários à extinção desse exame. O primeiro considerava que a ampliação do acesso à educação resultaria num rebaixamento de sua qualidade; este argumento sustentava-se, por sua vez, em razões de ordem pedagógica. O equívoco se relacionava à compreensão da democratização da Educação. De acordo com o autor (2004, p. 344), “sempre que ocorreu uma maciça extensão das oportunidades educativas; os educadores sentiram-se chocados no seu zelo pedagógico”. Motivo:

[...] a ampliação das oportunidades sempre foi, na consciência dos educadores, tão condicionada por exigências pedagógicas – ditadas talvez pelo horror da massificação – que a sua efetivação fica inevitavelmente postergada a um futuro incerto. Só a superação de preconceitos técnicos permite situar **a maciça ampliação de oportunidades na sua autêntica dimensão, que é política** (AZANHA, 2004, p. 339; grifos nossos).

Ele chamou a atenção para esta dimensão que é, de fato, política, pois os argumentos que associam qualidade de ensino apenas a questões pedagógicas ocultam um problema político e social:

[...] O equívoco dessa ideia reside em desconhecer que a extensão de oportunidades é, sobretudo, uma medida política e não uma simples questão técnico-pedagógica. A ampliação de oportunidades decorre de uma intenção política e é nesses termos que deve ser examinada. [...] A democratização da educação é irrealizável intramuros, na cidadela pedagógica; ela é um processo exterior à escola, que toma a educação como uma variável social e não como simples variável pedagógica (AZANHA, 2004, p. 344).

Posteriormente, Carvalho, em 2004, retomou as discussões apresentadas por Azanha em 1979, alertando para as concepções restritas que “[...] escondem as ‘divergências profundas acerca do significado’ das expressões recorrentes no discurso educacional – ‘Democratização do ensino’, ‘qualidade de ensino’ e mesmo uma sólida ‘formação docente’” (CARVALHO, 2004, p. 328). Desta forma, quantidade e qualidade são colocadas em campos totalmente opostos e excludentes.

Ainda de acordo com o autor, democratização e universalização não podem ser reduzidas tão somente ao direito à matrícula num estabelecimento escolar. Além do direito à matrícula, é preciso contemplar o direito ao acesso aos bens culturais públicos: “conhecimentos, linguagens, expressões artísticas, práticas sociais e morais, enfim, o direito a um legado de realizações históricas às quais conferimos valor e das quais esperamos que as novas gerações se apoderem” (CARVALHO, 2004, p. 333). Todavia, continua, mesmo que se considerem o acesso universal à escola e a equidade nesta distribuição dos bens culturais, ambos – acesso universal e equidade – “não garantem um compromisso da escola com a cultura da democracia” (CARVALHO, 2004, p. 333). Isto significa que, para além do acesso universal e da equidade, há mais um desafio: que a escola “possa cultivar valores como a igualdade, a tolerância, a não-violência, a solidariedade, enfim, modos de vida que tenham na democracia política e social o maior de seus compromissos” (CARVALHO, 2004, p. 333).

Os argumentos destes autores serão o nosso norte, em especial dos que chamam a atenção para a compreensão da democratização da Educação como processo que deve articular universalização do acesso com garantia de qualidade.

Apresentaremos as estratégias dos governos locais, e seus impactos, na expansão do atendimento da Educação Infantil no município de Florianópolis, e o quanto suas estratégias se vinculam às orientações nacionais.

Em Florianópolis, a Educação Infantil inicia seu processo de atendimento a partir de 1976, em função das orientações do Ministério da Educação e Cultura – MEC -, cuja lógica se associa aos programas de baixo custo.

No governo Francisco de Assis Cordeiro (1979–1983), viveu-se uma onda de expansão responsável em “formular e implantar a política global integrada para a infância como medida corretiva parcial aos efeitos das desigualdades de distribuição de renda, e preventiva, enquanto se procuravam eliminar os fatores determinantes da pobreza absoluta” (FLORIANÓPOLIS, 1983, p. 72). Neste sentido, de acordo com Waltrick, a política do MEC:

[...] permaneceu com a mesma orientação dos anos de 1970: a expansão priorizava as alternativas de baixo custo, incentivando-se as formas não convencionais de atendimento. Em que pese o acesso de um contingente de crianças vindas das camadas populares à educação pré-escolar, na verdade, a propalada democratização no acesso assumia uma dimensão meramente quantitativa. A qualidade ainda estava longe de ser resolvida (2008, p. 73).

Já no governo de Edson Andrino<sup>2</sup> (1986–1988), foram retomados os ventos democráticos no nosso país. No seu *Plano de Ação – triênio 1986-1988*, constam um anteprojeto de expansão e a ampliação da rede municipal de educação pré-escolar, cujo objetivo era “atender satisfatoriamente às crianças de nível socioeconômico baixo, residentes no município de Florianópolis” (FLORIANÓPOLIS, 1986, p. 176).

Conforme Waltrick (2008), o *Plano de Ação de 1986-1988* reflete uma preocupação com o aspecto pedagógico – qualidade -, mas não necessariamente com a expansão do atendimento:

A prioridade dada ao atendimento pré-escolar se concretizará na contramão das orientações implementadas pelas administrações anteriores. Conforme já mencionamos, se na primeira metade da década de 1980 observamos um crescimento significativo nas taxas de atendimento, sobretudo via Projeto Casulo, na segunda metade da década verificaremos um movimento diferente – há uma retenção na expansão e uma preocupação com o caráter pedagógico do trabalho desenvolvido nas unidades, com o planejamento e a intencionalidade pedagógica orientadora do mesmo [...] (WALTRICK, 2008, p. 91).

Nos anos de 1989 a 1992, agora na gestão Esperidião Amin e Bulcão Viana<sup>3</sup>, notamos, conforme Waltrick (2008), uma nova “onda de expansão pré-escolar”:

Um dos principais aspectos que observamos no que diz respeito à estrutura e à gestão dessa nova administração municipal refere-se a uma nova “onda expansionista”, agora não mais por adesão aos programas de caráter compensatórios nacionais, como vimos nos anos iniciais da rede, mas pela opção de conveniamento com instituições/entidades de caráter filantrópico e comunitário (WALTRICK, 2008, p. 100).

O *Relatório de Gestão – 1989/1992* indicava um crescimento de 63,10% da pré-escola. As taxas de crescimento estavam assim distribuídas: “[...] o atendimento nos

---

<sup>2</sup> PMDB.

<sup>3</sup> Esperidião Amin - PP - e Bulcão Vianna - PFL.

Núcleos de Educação Infantil, crianças na faixa etária de 3 a 6 anos, tendo um índice de 99,22% [...] e o crescimento de matrículas nas creches (atendimento de 0 a 6 anos) na ordem de 22,64%” (FLORIANÓPOLIS, 1992, p. 6).

Todavia, segundo a análise de Waltrick (2008), houve duas estratégias básicas: “a ampliação do atendimento nas pré-escolas vinculadas às escolas de ensino fundamental e a adoção de convênios com entidades comunitárias” (p. 102, grifos nossos).

Optamos por detalhar mais as informações a partir do governo da Frente Popular, sem desconsiderar outros governos, por avaliar tratar-se de uma gestão que implementou vários mecanismos democráticos, como a discussão coletiva da proposta curricular, a eleição de diretores nas instituições da Educação Infantil, o incentivo à criação dos Conselhos de Escola, além do investimento de mais de 30% do orçamento na Educação.

### A frente popular (1993–1996): zoneamento e ampliação do convênio com o setor privado-filantrópico

De 1993 a 1996, Florianópolis foi governada por Sérgio Grando e Afrânio Boppré<sup>4</sup>. Em 1993, foi realizado um diagnóstico<sup>5</sup> da RME, que apresentou:

[...] uma educação sem projeto político-pedagógico, sem um fio condutor, que desse sentido e possibilitasse uma prática social educativa. Cada unidade funcionava dentro de seu núcleo, pulverizada numa parte, desconectada do todo e sem uma efetiva interação com a comunidade escolar (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 5).

Instalaram-se quatro grandes diretrizes para a educação no município: “democratização da gestão; democratização do acesso; uma política de educação de jovens e adultos; uma nova qualidade de ensino” (FLORIANÓPOLIS, 1996a, p. 35, grifos nossos). Por fim, cientes do preceito constitucional sobre a universalização do ensino da

<sup>4</sup> Sérgio Grando (PPS) e Afrânio Boppré (PT) - Coligação Frente Popular : PPS, PT, PDT, PSB, PSDB, PCB, PV.

<sup>5</sup> No documento *Diretrizes e Metas para a Educação (1993-1996)*, é ressaltada a existência de “um grave problema” relacionado ao quadro de professores atuantes na rede: mais de 50% deste é constituído de professores substitutos (p. 24), alertando-se para os problemas que isso acarretava: “instabilidade, não acesso aos benefícios da carreira e a descontinuidade quanto ao trabalho pedagógico propriamente dito” (FLORIANÓPOLIS, 1996a, p. 24).

1ª à 8ª série, tem-se conhecimento também da responsabilidade para com a faixa etária de zero a seis anos:

[...] onde a demanda é muito grande e exige respostas enquanto condição de **assegurar o direito de toda criança à educação infantil**, assim como contribuir para que as mães trabalhadoras tenham a possibilidade de, via seu trabalho e seu salário, colaborar na busca de melhores condições de vida para suas famílias (FLORIANÓPOLIS, 1996a, p. 38, grifos nossos).

Percebe-se que a criança já então é tratada como sujeito de direitos, conforme a Constituição Federal de 1988; ainda assim, o documento *Diretrizes e Metas para a Educação – Governo da Frente Popular 1993/1996*, estabelece:

Para que se possam alcançar estes objetivos, é sabido que [...] as condições básicas para a democratização do acesso e da permanência, que vença a evasão e a repetência, **são a garantia de vagas para a matrícula inicial das crianças em idade escolar e/ou daqueles que estão fora da escola**, prédios escolares em condições de funcionamento, através de uma política de manutenção, reformas, ampliação e construção da rede física; manutenção dos equipamentos didático-pedagógicos existentes e aquisição de novos. (FLORIANÓPOLIS, 1996a, p. 39, grifos nossos).

No que diz respeito à democratização do acesso e permanência, este se refere somente à obrigatoriedade da educação dos 7 aos 14 anos.

Foram amplas as ações deste governo no campo educativo, com destaque para o Movimento de Reorganização Curricular, como sinaliza o *Relatório de Gestão 1993-1996*: “Foi uma ação de democratização desta gestão. A ação por construir a proposta curricular de forma coletiva traduz também, de forma inequívoca, uma opção pelo exercício efetivo da democracia [...]” (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 20). Em 1994, instalou-se esta discussão:

A proposta curricular publicada nos sete cadernos, em dezembro de 1996, não saiu de um Gabinete, onde uma equipe técnica traçava suas linhas, mas é resultado de um processo coletivo, contínuo, dialético, desafiante e enriquecedor, que envolveu a maioria dos trabalhadores da RME, abrangendo também os pais e alunos (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 21).

Ainda em 1994 se realizou, pela primeira vez, a eleição de diretores em todas as instituições da Rede Municipal de Ensino (RME), visto que, anteriormente, “privilegiava somente as vinte escolas básicas, negando às demais cinquenta e cinco unidades da rede o direito de escolher pelo voto direto e secreto sua direção” (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 19). Já em 1996 houve a segunda eleição de diretores para todas as instituições da RME, pois cada mandato tinha a duração de dois anos.

Outra questão refere-se aos conselhos de escola, resultantes, em 1995, do lançamento da campanha *Te assunta*, para sua implantação, visto que a lei era de 1986, mas jamais efetivada. Assim, neste mesmo ano, foram implantados 12 conselhos de escola. Além disso, a partir de 1995, o Conselho Municipal de Educação “passou a atuar com a delegação de competência concedida pelo Conselho Estadual de Educação” (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 21).

É importante destacar que o investimento em Educação ultrapassou os 25% dos recursos orçamentários constitucionais, destinando-se, em 1995, um aporte de “33,15% do orçamento municipal com Educação. Em todos os anos superamos os 30%, estando neles incluídas as obras escolhidas pelas comunidades para a educação através do orçamento participativo” (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 7).

Explorando um pouco mais o *Relatório de Gestão 93-96*, encontra-se, em uma de suas metas – Garantia do acesso à Educação Infantil –, a adoção do **zoneamento**<sup>6</sup>, prática já empregada pela esfera estadual que visava à “racionalização do uso dos equipamentos escolares, evitando o excesso de procura de matrícula em algumas escolas e o esvaziamento de outras” (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 22). Com a crescente demanda da Educação Infantil, esta gestão buscou:

[...] ampliar e democratizar as relações com as entidades conveniadas que atendem a Educação Infantil, através de reuniões com os representantes das mesmas para a definição do caráter dos convênios. As mudanças referem-se a convênios através dos quais a Prefeitura garante contratação de professores substitutos para atenderem nas creches conveniadas e repasse de merenda escolar. Outro aspecto é o esforço de se incluir estes profissionais contratados na formação

---

<sup>6</sup> Grifo nosso.

oferecida pela rede municipal. Essas iniciativas buscam a garantia de uma educação de qualidade, superando o caráter assistencialista encontrado em muitas dessas instituições. Até então os convênios resumiram-se a repasse de verbas, sempre insuficientes para as necessidades das instituições (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 25).

Quanto à ampliação, feita através dos convênios<sup>7</sup>, destaca-se, neste contexto, o fato de que:

[...] passaram de 12 convênios em 1992 para 37 em 1996, fechando o ano com 39 convênios assinados para o ano de 1997. Além do aumento quantitativo, esses convênios passaram por nova formulação que garantiu maior qualidade ao trabalho das conveniadas, ao fornecermos a merenda escolar e contratarmos os professores, de acordo com a política educacional da Secretaria para estas áreas (FLORIANÓPOLIS, 1996b, p. 6).

Isto significou um aumento de 208,33% em convênios, o que permite afirmar desta estratégia que foi a de maior expansão de atendimento da Educação Infantil nesta gestão. Os convênios deram continuidade a uma determinação da gestão anterior (1989 – 1992); com eles, procurou-se qualificar algumas ações, como a contratação de professores substitutos com participação na formação continuada da RME e repasse da merenda escolar. Estas ações visavam a contribuir para a superação da concepção assistencialista dos convênios. Para finalizar, foram construídas duas creches novas – Costa da Lagoa e Chico Mendes.

Para visualizar esse aumento por parte da rede conveniada, os dados foram dispostos na tabela 1.

**Tabela 1** – Dados de matrícula da RMEI e dos convênios – 1992 e 1996

	RME	CONVÊNIOS	TOTAL
1992	3.741	2.000	5.741
1996	4.629	4.546	9.175

Fonte: Fullgraf (2001) e Florianópolis, 1996b.

<sup>7</sup> Convênios são firmados com as organizações sem fins lucrativos, como, por exemplo: instituições filantrópicas, confessionais, centros comunitários e associações de moradores. A contrapartida da PMF se dava à época através da contratação de professores e repasses financeiros. Atualmente, estes repasses são destinados à manutenção, alimentação e contratação de pessoal. Isto reformulou a contrapartida da PMF que então se concentra na cooperação técnica - assessoramento pedagógico, formação continuada, assessoramento nutricional e de contabilidade. Para maiores detalhes, consultar o Decreto 9.493. de 2 dez. 2011.

De acordo com o *Relatório de Gestão de 1989-1992*, o ano de 1992 foi finalizado atendendo a 3.741 crianças pela RME e 2.000 pela rede conveniada, o que significou 62,87% de atendimento realizado pela RME e 37,13% pela rede conveniada. Já no fim desta gestão, os dados informam que 50,45% dos atendimentos foram realizados pela rede pública municipal e 49,55% através de convênio, levando à interpretação de que o atendimento da Educação Infantil no município era partilhado entre as instituições oficiais e as instituições chamadas “conveniadas”.

Nos anos seguintes, o município de Florianópolis experimentou um novo tempo, então no governo Ângela Amin.

### A “Força Capital”<sup>8</sup> (1997-2004) e as novas estratégias de expansão: vaga a mais, turmas com crianças de diferentes idades e redução da jornada (parcialização) do atendimento das crianças

Em janeiro de 1997, Ângela Amin<sup>9</sup> assumiu a prefeitura de Florianópolis, permanecendo na gestão municipal por dois mandatos consecutivos: de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004. Em 2000, não seria realizado o processo eleitoral<sup>10</sup> de diretores na RME. Neste sentido, foram instaurados 47 processos administrativos disciplinares. Grande foi a mobilização popular e sindical que culminou com a conquista da realização do processo eleitoral. Por parte da Secretaria Municipal de Educação (SME), exigiu-se dos candidatos à direção a participação em um curso preparatório, que se tornou pré-requisito. As eleições, antes realizadas no mês de julho, passaram a ser realizadas no mês de dezembro.

---

<sup>8</sup> Coligação PPB/PFL/PSDB/PTB/PL/PSL/PHS.

<sup>9</sup> Na primeira gestão, Angela Amin - PPB – se elegeu pela coligação PPB-PSDB-PTB. Já na segunda gestão, a coligação foi PPB-PFL-PSDB-PTB-PL- PSL.

<sup>10</sup> Em 1º set, 1999, “o Tribunal de Justiça do Estado deferiu a liminar, suspendendo os efeitos da Lei 2.415/86” (CARMINATI, 2002, p. 161) A prefeita Ângela Amin entrou “com uma ação direta de inconstitucionalidade da Lei 2.415/86, que instituiu as eleições para diretores nas escolas básicas da rede municipal de ensino de Florianópolis” (CARMINATI, 2002, p. 160). Maiores detalhes: CARMINATI, M. B. *Democratizando a gestão: os conselhos de escola e as eleições de diretores na rede municipal de ensino de Florianópolis*. 2002, 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Na gestão de 1997-2000, as diretrizes da SME foram sintetizadas em “viabilizar condições de exercício pleno da cidadania e criar oportunidades para que todos tenham acesso aos bens historicamente produzidos pelos homens” (FLORIANÓPOLIS, 2000a, p. 7). Dentre as metas propostas, destaca-se a consolidação do currículo para a Educação Básica, introduzindo-se a Educação Infantil, implementando “uma política permanente de capacitação e aperfeiçoamento aos Profissionais da Educação [...] e acompanhamento sistemático a todas as Unidades [...]” (FLORIANÓPOLIS, 2000a, p. 9).

Neste momento, o contexto é pós-LDB/1996. Esta lei, dentre muitas questões, desencadeou a demanda por um Sistema Municipal de Educação<sup>11</sup> com a devida estrutura e funcionamento. Em 1999,<sup>12</sup> passou a vigorar a primeira Resolução de Educação Infantil – 003/99. Ainda em 2000, foram apresentados os princípios pedagógicos para a Educação Infantil municipal, cuja intenção:

[...] não é a de apresentar uma nova orientação ou proposta curricular, mas a de estabelecer princípios gerais que levem em conta a experiência já acumulada pelos profissionais que têm atuado diretamente com as crianças, de forma a subsidiar a definição ou a consolidação de projetos pedagógicos em cada unidade (FLORIANÓPOLIS, 2000c, p. 23).

A Rede Municipal de Educação (RME), em consonância com a esfera federal, legitimou as Diretrizes para a Educação Infantil Nacional (1999). Outra questão em evidência refere-se à função das instituições de Educação Infantil:

[...] as instituições que passam a ser *co-responsáveis* pela criança nestes novos espaços coletivos necessitam redimensionar suas funções frente a estas mudanças, assumindo uma posição de negação, seja dos projetos de cunho custodial atrelados a perspectivas educacionais higienistas e moralizadoras, seja dos projetos de “preparação para o futuro” que pretendem uma escolarização precoce preocupada com a inserção na escola do Ensino Fundamental. A Educação Infantil tem uma identidade que precisa considerar a criança como sujeito de direitos, oferecendo-lhe condições materiais, pedagógicas, culturais e de saúde para isso, de forma complementar à ação da família (FLORIANÓPOLIS, 2000c, p. 26).

---

<sup>11</sup> Sob este aspecto, o Sistema Municipal de Educação somente foi aprovado em 2007; a RME sempre indicou uma instância chamada de Congresso Municipal de Educação, com caráter deliberativo. Por este motivo, levou tantos anos para ser aprovado.

<sup>12</sup> Na primeira gestão do Governo Ângela Amin – de 1997 a 2000 –, foram criadas coordenadorias subordinadas à SME; em 1998, chegam as primeiras supervisoras na Educação Infantil.

Neste sentido, é preciso “orientar a ação pedagógica por olhares que contemplem sujeitos múltiplos e diversos, reconhecendo, sobretudo, a infância como “tempo de direitos” (FLORIANÓPOLIS, 2000c, p. 27).

Pelo documento *Síntese da qualificação da Educação Infantil – 2000*, a educação das crianças pequenas é responsabilidade coletiva e pública, assumida pelo Estado, pela família e pelas instituições de Educação Infantil. Este mesmo documento expõe que a Educação Infantil “tem sofrido um mínimo de expansão e, em alguns casos, sofreu até uma diminuição da oferta, em função de não se ter em nenhuma das instâncias governamentais garantia de fontes de financiamento” (2000b, p. 25).

Fundamentando sua proposta pedagógica no direito das crianças à educação, sem, no entanto, criar condições concretas para a efetivação deste direito, e também diante das determinações legais e com o objetivo de cumprir a legislação, a SME adota a estratégia de “uma vaga a mais”. Em sua portaria 017/1999, artigo 5, estabelece que “fica assegurada **uma vaga a mais**, em cada turma, para as crianças encaminhadas pelo **Conselho Tutelar**, via SME, respeitando o número de crianças por turma, conforme o art. 4” (grifos nossos).

De acordo com Fullgraf (2001), esta “vaga a mais” foi um acordo realizado entre a SME e o Conselho Tutelar. Neste sentido, o pronunciamento da Promotoria de Infância, conforme entrevista, chama a atenção para uma possível discriminação da criança, “se elas entram lá e são mencionadas como vindas do Conselho Tutelar, o que vai acontecer é uma discriminação e isso não pode ocorrer [...]” (FULLGRAF, 2001, p. 120, 121). Assim, esta estratégia na RME foi abandonada.

Retomando a questão dos dados de matrícula, a tabela 2 possibilita uma melhor visualização do aumento das matrículas na RMEI e na rede conveniada.

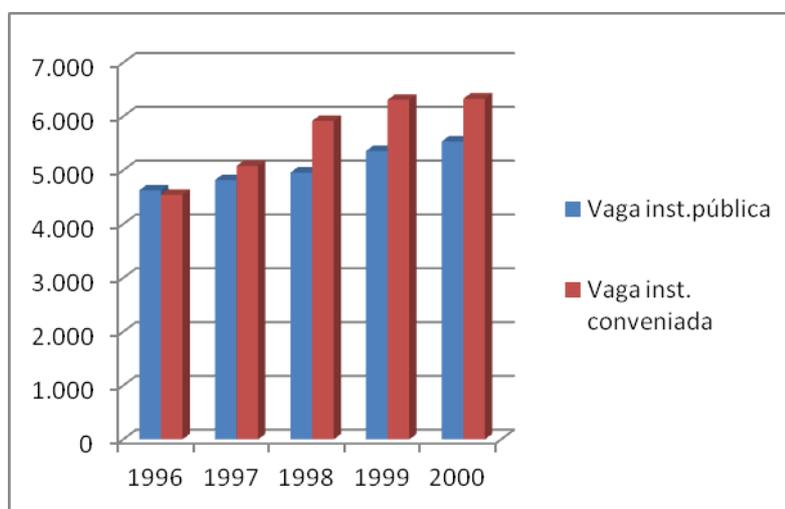
**Tabela 2** – Dados de matrícula da RME e dos convênios – 1997-2000

	RME	CONVÊNIOS	TOTAL
1997	4.820	5.082	9.902
1998	4.959	5.918	10.877
1999	5.360	6.311	11.671
2000	5.536	6.331	11.867

Fonte: Fullgraf (2001, p. 84).

Com uma análise atenta da tabela 2, verifica-se que no ano de 1997 o atendimento correspondia a 48,68%, e o da rede conveniada, a 51,32%. Já no fim desta primeira gestão - 2000 -, temos: 46,65 % ofertados pela RME e 53,35%, pela rede conveniada, ou seja, é mais uma gestão que vai dando continuidade aos convênios, visto que estas entidades são responsáveis por mais da metade deste atendimento. Na primeira gestão, foram criadas 1.965 vagas, das quais 716 na RME e 1.249, na rede conveniada. A análise dos dados mostra que a RME ampliou em 36,44% seu número de vagas, enquanto que a rede conveniada o ampliou em 63,56%. O gráfico 1 ilustra os atendimentos públicos e conveniados entre os anos de 1996 e 2000.

**Gráfico 1:** Atendimento Público e Conveniado (1996 a 2000)



Fonte: Elaboração própria.

Ao final do mandato de sua primeira gestão, na tentativa de minimizar a falta de vagas, a SME lançou mão de mais uma estratégia, pela Portaria nº 036/2000, inovando com a *Proposta Pedagógica da Unidade*, pela qual, de acordo com o parágrafo único do artigo 6º, **as turmas poderiam ser formadas com crianças de diferentes idades** (grifos nossos).

Já em sua segunda gestão, em 2002, introduziu uma alteração na estrutura da SME,<sup>13</sup> assim como na resolução<sup>14</sup> de Educação Infantil. Em 2004, mais uma vez devido à crescente demanda em Educação Infantil, a estratégia agora era **reduzir a jornada de atendimento das crianças** (grifos nossos), redigida nos termos da Portaria nº 032/2003, Art. 6:

Fica estabelecido que, das novas vagas oferecidas nas Unidades de Educação Infantil que têm atendimento em período integral para o ano de 2004, 60% (sessenta por cento) das vagas serão para atendimento em período parcial (das 07h às 13h ou das 13h às 19h). As crianças que já têm atendimento em período parcial nas Unidades de Educação Infantil, que atendem integralmente, poderão concorrer a uma vaga de período integral no percentual de 40% (quarenta por cento) acima referido.

Assim, 60% das crianças que demandavam por novas vagas seriam atendidas em período parcial e apenas 40% em atendimento integral. Esta portaria gerou reação de parte da RME, bem como da comunidade, resultando dessa reação que a estratégia logo foi abandonada.

Os dados referentes à segunda gestão do governo Ângela Amin estão sintetizados na tabela 3.

---

<sup>13</sup> Lei nº 105/2002.

<sup>14</sup> As mudanças são de ordem da atribuição da fiscalização do CME, pois da primeira resolução de Educação Infantil – 1999 – surgiram dúvidas em relação “a qual o órgão responsável por exercer as funções de análise, visita ‘in loco’, supervisão, acompanhamento, controle e fechamento das Instituições de Educação Infantil” (Parecer 024/2002).

**Tabela 3 – Dados de matrícula da RME e dos convênios – 2001 a 2004**

	RME	Convênios
2001	6.102	Sem dados
2002	6.669	Sem dados
2003	6.930	Sem dados
2004	7.522	Sem dados

Fonte: SME (2011).

Foram criadas 1.420 vagas na RME; no entanto, não foi possível uma análise mais aprofundada, pois os dados da rede conveniada não foram localizados. Na primeira gestão deste governo, foram criadas 1.965 vagas; isto representa uma diferença de 545 vagas a menos na segunda gestão, em comparação com a primeira.

Por fim, pode-se afirmar que o governo de Ângela Amin, considerando as duas gestões, adotou as seguintes estratégias de ampliação: a) uma vaga a mais; b) ampliação dos convênios; c) redução da jornada de atendimento das crianças.

Avançamos agora para a próxima gestão, a do governo Dário Berger.

**“Avança Florianópolis e o trabalho continua” (2005–2012): o redimensionamento dos agrupamentos das crianças, a ampliação do número de salas, o primeiro termo de ajuste de conduta - tac -, o ensino fundamental de nove anos e o fim de alguns convênios**

Em 2005 assume outro governo - Dário Berger<sup>15</sup> -, que também permanece por duas gestões consecutivas. Uma das políticas da SME prevê a “ampliação e qualificação do atendimento da Educação Infantil [...]” (FLORIANÓPOLIS, 2008a, p. 6, grifos nossos).

Deste modo, a construção, a reforma e a ampliação das UEs, a aquisição de materiais e equipamentos e a adoção de procedimentos informatizados e em rede são metas prioritárias desta gestão, contribuindo, assim, para se atingir as diretrizes propostas e alcançar a

<sup>15</sup> Na primeira gestão, Dario Berger era filiado ao PSDB – Coligação Avança Florianópolis (PSDB e PMN). Já na segunda, filiou-se ao PMDB – coligação O Trabalho Continua (PMDB/PR/PRB/PSC/PRTB/PSB/PHS/PRP).

sustentabilidade da educação, com qualidade, eficiência e rapidez (FLORIANÓPOLIS, 2008a, p. 25).

Com relação ao Departamento de Educação Infantil (DEI), o seu comprometimento é “com a expansão e melhoria da qualidade no atendimento às crianças de 0 a 6 anos, pautado pela indissociabilidade entre o cuidar/educar” (FLORIANÓPOLIS, 2008a, p. 16, grifos nossos).

Em uma de suas diretrizes, o *Projeto Político Pedagógico 2006/2008* prevê a garantia da “organização dos tempos, dos espaços e dos materiais que possibilitem o brincar e as interações, através da convivência coletiva e das múltiplas linguagens, de modo que a criança viva plenamente sua infância” (FLORIANÓPOLIS, 2008a, p. 16).

Com relação à gestão democrática, esta se encontra atrelada à garantia do processo de ensino e aprendizagem com qualidade, modernizando a administração, “com ênfase nas pessoas” (FLORIANÓPOLIS, 2008a, p. 25).

Outro aspecto do *Projeto Político Pedagógico 2006/2008* informa que em 2005 havia sido investido 31% do orçamento próprio do município em Educação.

A necessidade de ampliação e melhoria da rede implica obter novas fontes de recursos financeiros<sup>16</sup>, sob pena de inviabilizar o atendimento das necessidades educacionais do Município. É indispensável que os poderes públicos: federal e estadual ampliem a sua participação no financiamento da educação, principalmente para a Educação Infantil. A criação do FUNDEB contribuirá para esta finalidade somente se houver esta ampliação de recursos e a justa definição do custo educando da Educação Infantil (FLORIANÓPOLIS, 2008a, p. 25).

No ano de 2006, de acordo com o documento “*Tiro De Meta – Segundo Tempo – 2005/2008*” (p. 16), havia 37 creches e 30 Núcleos de Educação Infantil (NEIs). Neste mesmo documento, na meta 19 consta: “ampliar o atendimento das crianças de 0 a 6 anos em instituições educativas da RME”, e uma de suas ações é “redimensionar os agrupamentos das crianças (organizar junto às UEs<sup>17</sup> agrupamentos de diferentes idades)” (FLORIANÓPOLIS, 2008b, p. 34, grifos nossos). Fica assim evidenciada mais uma

---

<sup>16</sup>Ressaltando a importância de alcançar a meta nacional de 7% de investimento do PIB em Educação, prevista no PNE/2001-2010.

<sup>17</sup> Unidades Educativas.

das estratégias utilizadas por esta gestão para ampliar o atendimento da Educação Infantil. A outra ação trata da “ampliação e construção de creches e NEIs, respeitando a demanda da comunidade” (FLORIANÓPOLIS, 2008b, p. 34, grifos nossos).

Nesta gestão, foi celebrada a assinatura do primeiro Termo de Ajuste de Conduta – TAC – com o Ministério Público, em setembro de 2007, pelo qual o município deveria “criar 2.448 novas vagas para o atendimento da demanda da Educação Infantil, sendo 1.940 novas vagas e inclusão de 508 crianças em vagas ociosas” (FLORIANÓPOLIS, 2009, p. 16).

No ano de 2007, foram atendidas 8.320 crianças e, em 2009, 10.263 crianças, significando 1.943 novas vagas. Com relação às vagas ociosas, em 2007 havia 508 nesta condição, caindo para 269 em 2009, o que significa o preenchimento de 239 vagas ociosas. O não-preenchimento das demais se deu “por estarem em comunidades que não têm demanda e outras por não haver interesse da comunidade pelo grupo de atendimento ou pelo período (a maioria das vagas é no período matutino)” (FLORIANÓPOLIS, 2009, p. 16).

A tabela 4 apresenta os dados referentes às matrículas da RME e da rede conveniada na primeira gestão do governo Dário Berger.

**Tabela 4** – Dados de matrícula da RMEI e dos convênios – 2005-2008

	<b>RME</b>	<b>Convênios</b>	<b>TOTAL</b>
2005	7.574	2.978	10.552
2006	7.687	3.370	11.057
2007	8.198	3.119	11.317
2008	8.537	2.324	10.861

Fonte: SME (2011).

Verifica-se, pela tabela 4, que em sua primeira gestão – 2005-2008 - o governo Berger registrou, ao todo, um crescimento de 309 novas vagas, mas com um decréscimo no atendimento realizado pela rede conveniada. No início de sua gestão, em 2005, 71,28%

dos atendimentos eram realizados pela RME e 28,22% pela rede conveniada; já no fim da primeira gestão, 78,60% do atendimento era de responsabilidade da RME, enquanto que 21,40%, de responsabilidade da rede conveniada.

Ao explorar os documentos a partir do ano de 2009<sup>18</sup> (Dário Berger é reeleito), constata-se que, na meta 4 (Ampliação do atendimento na Educação Infantil), sua gestão procurou “redimensionar alguns agrupamentos para o preenchimento das vagas” (FLORIANÓPOLIS, 2009, p. 15). Assim, “dos 530 grupos de Educação Infantil, 114 foram agrupados com crianças de diferentes idades para o preenchimento de vagas em aberto” (FLORIANÓPOLIS, 2009, p. 15); logo, 21,51% dos grupos atendidos na RME representam agrupamentos por idade aproximada.

Outro dado importante refere-se ao fim de alguns convênios:

Foi encerrado o atendimento nos 7 NACs (Núcleos de Atendimento às Crianças - creches domiciliares) existentes em dezembro de 2009 e para 2010 essas crianças serão atendidas nas Creches Conveniadas ou Municipais (FLORIANÓPOLIS, 2009, p. 15).

Logo, com o encerramento de alguns convênios, estas crianças “migraram” para as instituições da RME.

Ainda segundo o *Relatório de gestão, 2009* (p. 3), contabilizam-se 48 creches e 30 NEIs, perfazendo um aumento de 11 creches em três anos de gestão. A tabela 5 ilustra a evolução dos dados de matrícula no RME e dos convênios no período 2009-2011.

**Tabela 5 – Dados de matrícula do RME e dos convênios – 2009-2011**

	RME	Convênios	
2009	10.018	2.186	12.204
2010	10.439	2.140	12.579
2011	10.720	2.088	12.808

Fonte: SME (2011).

<sup>18</sup> Em 2009 foi definido o novo e atual organograma – Lei n° Complementar 348, da SME.

Pela tabela 5, constata-se que a RME cresceu na proporção de 702 novas vagas entre 2009 e 2011, período em que os convênios diminuíram o seu atendimento em 98 vagas. Do total geral, considerando-se RME e convênios, nestes dois anos foram criadas 604 vagas.

Todavia, de modo geral, considerando os dados de matrícula do ano de 2000 e de 2010, somando-se o atendimento da RME e dos convênios, conforme a próxima tabela, constata-se que em uma década houve um aumento de 712 novas vagas na sua totalidade, evidenciando a “migração” das crianças de zero a cinco anos para a responsabilidade do município.

**Tabela 6** – Dados de matrícula do RME e dos convênios – 2000 e 2010

	RME	CONVENIOS	TOTAL
2000	5.536	6.331	11.867
2010	10.439	2.140	12.579

Fonte: Elaboração própria.

Dando prosseguimento, exploramos a que consideramos a principal estratégia de expansão de atendimento<sup>19</sup> do governo Berger: as “creches ampliadas”<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Com relação à expansão do atendimento, houve instituições que foram construídas com recursos federais – MEC. Ainda em 2009, foram municipalizadas cinco creches da esfera estadual e quatro creches conveniadas, além de outras instituições que não se enquadram na nesta apresentação, como a construção de creches menores.

<sup>20</sup> Consideramos aquelas instituições cuja estrutura anterior apresentava, em média, de seis a oito salas de atividades, ampliadas em termos de número de salas, transformando-se em instituições com dez salas de atividades, ou mais.

**Tabela 7 – Aumento das vagas por ano, na estratégia de “creches ampliadas”**

ANO	NÚMERO DE VAGAS CRIADAS
2006	357
2007	145
2008	462
2009	227
2010	113
TOTAL	1.304

Fonte: Elaboração própria.

Vemos na tabela 7 que no período compreendido entre 2006 e agosto de 2011, 12 instituições,<sup>21</sup> que se enquadram na denominação de “creches ampliadas”, representam um aumento de atendimento total de 1.304 novas vagas, o que torna esta estratégia a de maior impacto deste governo. Cabe ainda destacar que, com a PEC 59/09, houve uma prioridade no atendimento aos grupos maiores, a partir dos quatro anos de idade, o que verificamos na Portaria nº 110/2008.

Nesta gestão, são anunciados os primeiros contatos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, a respeito de um empréstimo objetivando especificamente zerar a “lista de espera”<sup>22</sup> na Educação Infantil, com a construção, ampliação e reformas de mais creches.

Cabe ainda destacar que, em 2012, a SME apresentava os seguintes números de matrículas na Educação Infantil, evidenciando a prioridade pela integralização do atendimento, conforme a tabela 8:

<sup>21</sup> Para efeito deste estudo, restringimo-nos às seguintes instituições: Creche Almirante Lucas Boiteux, Creche Caetana Marcelina Dias, Creche Ferminio Fco Vieira, Creche Ingleses, Creche Orlandina Cordeiro, Creche Doralice Teodora Bastos, Creche Waldemar da Silva Filho, NEI Armação, NEI Ingleses, NEI São João Batista, Creche Anna Spyrius, Creche Celso Pamplona.

<sup>22</sup> Lista de espera: é a demanda de crianças que estão aguardando vagas. Estes dados referem-se às famílias que inscrevem seus filhos para concorrer a vaga segundo os critérios de uma portaria que é editada a cada ano letivo.

**Tabela 8** – atendimento parcial e integral - creche e pré-escola

	Creche		Pré-escola	
Total de crianças atendidas em Período Integral	3.996	71,05%	3.499	66,81%
Total de crianças atendidas em Período Parcial	1.628	28,95%	1.738	33,18%
Total de crianças atendidas	5.624	100%	5.237	100%

Fonte: SME, 2012.

Assim, em 2012, a RME apresenta uma cobertura de integralidade de 71,05% nas creches (zero a três anos) e 66,81% na pré-escola (quatro a cinco anos), totalizando um dado geral de atendimento de 10.861 crianças.

A partir do ano de 2013, o município passa para a gestão do prefeito Cesar Souza Junior<sup>23</sup>.

### Atual governo (2013–2016) – por uma cidade mais humana - e a expectativa do bid - programa de expansión y mejoramiento de la educación infantil y la enseñanza fundamental en el municipio de florianópolis

Em 2012, por conta do período eleitoral, foram feitas promessas, entre as quais localizamos, no Plano de Governo<sup>24</sup> utilizado na campanha, o seguinte:

- e) **Qualidade de creches** e das escolas municipais: da mesma forma que na área da saúde, apesar do avanço que é reconhecido pela população de nossa cidade, nas duas últimas administrações, da ex-prefeita Ângela Amin e do atual prefeito Dário Berger, este tema ainda está ligado à **insuficiência de vagas em creches** e escolas do primeiro grau e, também, relacionado à necessidade de melhores salários para os profissionais da educação, de sua qualificação, de melhores equipamentos de apoio às aulas e de material para pesquisa (2012, p. 17, grifos nossos).

Percebemos indicativos de expansão de atendimento e de melhoria de qualidade. Atualmente, há uma grande expectativa em relação ao empréstimo do BID, da ordem de 59 milhões de dólares, parte do qual destinada à construção de 23 novas UEs, reforma e

<sup>23</sup> PSD - Coligação: Por uma Cidade Mais Humana (PP / PSC / DEM / PSDC / PSB / PSDB / PSD).

<sup>24</sup> Plano de Governo Cesar Souza Junior/João Amin, Coligação por uma Cidade Mais Humana (Inclusiva e Sustentável) - Linhas Gerais da Proposta de Plano de Governo para ser discutida com as entidades representativas da comunidade florianopolitana. 2012.

ampliação de outras 15 UEs até o ano de 2016, com o intuito de zerar a “lista de espera” do município.

Neste sentido, como foi veiculado pela mídia nos tempos de campanha, o município deverá estudar algumas estratégias de atendimento, como a possível compra de vagas em escolas particulares ou alguma outra estratégia que possa surgir até a construção destas UEs. Cabe ainda destacar que, atualmente (março/2013), encontramos 1.644 crianças em “lista de espera”, a grande maioria pertencente aos grupos I, II e III (de zero a três anos).

Estes são os dados atuais de atendimento apresentados pela SME:

**Tabela 9** – Dados de matrícula do RME e dos convênios – 2013

	RME	CONVÊNIOS	TOTAL
2013	11.271	1.678	12.949

Fonte: DIOBE/SME/março/2013.

De acordo com a tabela 9, podemos dizer que 87,04% do atendimento é realizado pela RME e 12,96%, através de convênios, o que confirma a tendência do município em dar continuidade ao plano de ampliação da cobertura pela RME.

## Conclusão

Apresentamos os processos de expansão da RME desde a sua criação – 1976 -, mapeando as estratégias adotadas pelos gestores municipais. Detalhamos, mais especificamente, a partir da gestão da Frente Popular (1993–1996), os anos em que se discute a LDB (1996), avançando até o atual governo, de Cesar Souza Junior (2013).

Neste sentido, constatamos que a implantação dos primeiros NEIs, em 1976, já ocorria sob a lógica da expansão a baixo custo. A primeira “onda expansionista” no município ocorre no período de 1980 a 1983 (WALTRICK, 2008). Na sequência desta “onda expansionista”, nos anos de 1986 a 1988, a tentativa era de ampliar a concepção de Educação das crianças, buscando um caráter mais educativo, porém não-escolarizante. Já nos anos de 1989 a 1992, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que

tratou da garantia da Educação à criança de zero a seis anos, tratou-se de mais um impulso à expansão do atendimento.

A partir da gestão da Frente Popular (1993–1996), identificamos estratégias como as do zoneamento e da ampliação dos convênios.

Já na gestão da Ângela Amin (1997 - 2000 e 2001 - 2004), duas gestões consecutivas, mapeamos estratégias como: continuidade dos convênios, uma vaga a mais do Conselho Tutelar, turmas com crianças de diferentes idades. Ainda na tentativa de aumentar o atendimento, houve, em 2003, uma “parcialização” do atendimento para as novas vagas.

Adentrando a gestão de Dario Berger (2005–2008 e 2009–2012), igualmente duas gestões consecutivas, localizamos as seguintes estratégias: ampliação das creches, extinção de alguns convênios, municipalização das creches estaduais, além do primeiro Termo de Ajuste de Conduta – TAC.

A pesquisa sobre a qualidade da Educação Infantil no Brasil – avaliação qualitativa e quantitativa -, realizada pela Fundação Carlos Chagas em 2009 em seis capitais brasileiras (Belém, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Rio de Janeiro, Teresina), constata que a expansão da RME no município de Florianópolis ocorreu “sobretudo pelo aumento da oferta de vagas na rede municipal, que incorpora, a partir de 2007, as matrículas da rede estadual” (CAMPOS, 2010, p. 281). Além das instituições da rede estadual, a RME incorporou também algumas creches conveniadas a partir de 2009.

Ainda em relação às crianças matriculadas, observamos que o crescimento foi maior nas creches do que nos NEIs, priorizando-se também a jornada integral. Em 2009, foram alcançadas mais de 12 mil matrículas. Portanto, no impulso da municipalização, através da incorporação das matrículas da rede estadual e de algumas instituições conveniadas, amplia-se o atendimento da RME. Vale lembrar que esta expansão também foi induzida pelo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - firmado entre a SME e o Ministério Público em 2007.

Ressaltamos, a título de informação, que em 2008, através da Portaria nº 110/2008, se deu prioridade ao atendimento das crianças dos grupos IV, V, VI, induzindo ao

aumento da cobertura do atendimento das faixas etárias a partir dos quatro anos, fruto da EC 59/2009. Isto gerou uma secundarização do atendimento da faixa etária de zero a três anos de idade, período etário em que se concentram os indicadores mais expressivos de demanda explícita, conforme as “listas de espera”.

Para uma melhor compreensão, esta é a organização atual por grupo da RME de Florianópolis:

**Tabela 10** – Grupos etários – idade – número de crianças

Grupo	Data de nascimento	Idade – data de referência: março/2013	Número de crianças
I	A partir de abril/2012	Mínimo 4 meses	15 crianças
II	Abril/2011 – março/2012	1 ano a 1 ano e 11 meses	15 crianças
III	Abril/2010 – março/2011	2 anos a 2 anos e 11 meses	15 crianças
IV	Abril/2009 – março/2010	3 anos a 3 anos e 11 meses	20 crianças
V	Abril/2008 – março/2009	4 anos a 4 anos e 11 meses	25 crianças
VI	1º /abril/2007 – março/2008	5 anos a 5 anos e 11 meses	25 crianças

Fonte: Portaria 260/2012.

Em 2010, cerca de 2.530 crianças entre zero a três anos estavam esperando “vaga” nos grupos I, II e III, o que representava 88% do total das demandas em “listas de espera”. Esta situação é constatada por Nazário (2011), segundo o qual houve “maior [...] expansão das matrículas nos Grupos de atendimento – IV, V, VI -, grupos estes que abarcam crianças entre quatro e seis anos de idade [...]; nos Grupos I, II e III [...], a expansão das matrículas foi pequena” (NAZÁRIO, 2011, p. 99). Os números vão revelando que a expansão das matrículas na RME responde à indução provocada pela própria EC 59/09, “que institui o ensino básico obrigatório e gratuito a partir dos quatro anos de idade” (NAZÁRIO, 2011, p. 99).

Oestreich (2011, p. 137) também chama a atenção ao analisar os dados de matrícula do ano de 2000 e os de 2010. Somando o atendimento da RME e dos convênios, verificou que, em uma década, houve um aumento de 712 novas vagas na sua totalidade, o que

evidencia a “migração” das crianças de zero a cinco anos para a responsabilidade do município, além da integralidade do atendimento.

Por outro lado, é importante destacar Azanha (2004), que chama a atenção para a compreensão da *quantidade* – como numa dimensão política cuja expansão se dá numa perspectiva de compromisso social – e a *qualidade*, como direito da criança de zero a seis anos. Afinal, superar a histórica dicotomia entre *quantidade* e *qualidade* continua sendo o grande desafio da educação brasileira nos próximos anos.

Estas tensões, sempre presentes na luta pela democratização da Educação, conforme já mencionamos, se relaciona com as lutas mais amplas pela democratização da educação pública em todos os seus níveis e etapas. Os debates sobre a democratização da Educação Infantil reatualizam estas tensões, como a questão do acesso – *quantidade* – e a da *qualidade*. Como ampliar a Educação Infantil sem perder a *qualidade*?

É preciso registrar que Florianópolis vem se destacando na *qualidade* da Educação oferecida às crianças pequenas, conforme a última pesquisa sobre qualidade da Educação Infantil (CAMPOS, 2010). Porém, há necessidade de outras pesquisas para uma melhor compreensão deste processo – *quantidade x qualidade*. Afinal, que qualidade está sendo oferecida a estas crianças? Quais são os critérios utilizados para tal, ou, ainda, quais são as impressões infantis acerca destes espaços? O que as crianças teriam a nos dizer sobre os espaços que elas frequentam diariamente? E agora, com a possibilidade do *Programa de expansión y mejoramiento de la educación infantil y la enseñanza fundamental en el Municipio de Florianópolis*, que visa a expandir o atendimento, que contrapartidas seriam disponibilizadas à Rede Municipal de Educação Infantil no aspecto da qualidade?

## Referências

AZANHA, José Mário Pires. Democratização do ensino: vicissitudes da idéia no ensino paulista. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 2, mai./ago. 2004. p. 335-344.

BID - *Programa de expansión y mejoramiento de la educación infantil y la enseñanza fundamental en el Municipio de Florianópolis*. 2012.

<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36743850>. Acesso em: 24 fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federal do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial, Brasília D. F., 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Brasília D. F., 1996a.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional 59/09*. Brasília/DF, 2009.

CAMPOS, Maria. Malta. *Educação Infantil no Brasil – avaliação qualitativa e quantitativa*. Relatório Final. São Paulo: FCC, 2010.

CARREIRÃO, Yan de Souza. As eleições para prefeito em Florianópolis: contribuição para uma história eleitoral. In: *Perspectivas*. São Paulo, v. 35, jan./jun. 2009. p. 35-62.

CARVALHO, Jose Sérgio Fonseca de. “Democratização do ensino revisitado”. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 2, mai./ago. 2004. p. 327-334.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Portarias de Matrículas – Florianópolis*. 1999-2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. SESAS. *Plano de educação*. 1980-1983. Florianópolis, 1983.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Plano de ação – triênio 86-88*. Florianópolis, 1986.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Relatório de desenvolvimento da política educacional no município de Florianópolis – período 1986-1988*. Florianópolis, maio 1988.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Relatório de Gestão 1989-1992*. Florianópolis, 1992.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Traduzindo em ações: das diretrizes a uma proposta curricular*. Educação Infantil. Florianópolis, 1996a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Relatório gestão 93/96. Um projeto político pedagógico traduzido em ações*. Florianópolis, 1996b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução CME 003/1999. Florianópolis, 1999.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Projeto Político Pedagógico*. Florianópolis, 2000a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Síntese da Qualificação da Educação Infantil. Florianópolis, 2000b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Subsídios para Reorganização Didática da Educação Básica do Município. Florianópolis. 2000c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Projeto Político Pedagógico*. Florianópolis, 2008a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Tiro De Meta – Segundo Tempo*. Florianópolis, 2008b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Relatório de Gestão*. Florianópolis, 2009.

FERNANDES, Florestan. A democratização do ensino. In: FERNANDES, F. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1966.

\_\_\_\_\_. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

FÜLLGRAF, Jodete Bayer Gomes. *A Infância de Papel e o Papel da Infância*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC - Florianópolis.

NAZÁRIO, João Dimas. *O acesso das crianças de zero a seis anos à educação infantil de Florianópolis: uma análise sociodemográfica das crianças em “lista de espera”*. 2011. Dissertação (Mestrado) - UFSC – Florianópolis.

OESTREICH, Marlise. *Democratização da Educação Infantil no município de Florianópolis: uma análise das “creches ampliadas”*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC - Florianópolis.

SILVA, Andréia Ferreira da. Florestan Fernandes e a Educação Brasileira nas décadas de 1950 e 1960. In: FÁVERO, O. (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados, Niterói: EDUFF, 2005.

WALTRICK, Rose Elaine de Liz. *O coordenador pedagógico na educação infantil na rede municipal de educação de Florianópolis: marcas de uma experiência democrática*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC - Florianópolis.

Recebido em: 28/02/2012  
Aprovado em: 23/04/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED  
Revista PerCursos  
Volume 14 - Número 26 - Ano 2013  
revistapercursos@gmail.com